



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL – TJDF**  
**CONCURSO PÚBLICO – Edital n.º 1/97 – TJDF, de 24/11/97**

**Cargo:**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO**

Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A marcação da letra **F**, na **Folha de Respostas**, não contará para efeito de correção; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 8 e 11.

*CARO DATA VERMIBUS*

1 Carne Dada aos Vermes. Alguns gramáticos extravagantes vêm nas sílabas iniciais da expressão latina *CARo DAta*  
VERmibus a origem da palavra cadáver. A ciência, no seu esforço de salvar vidas, logrou, no entanto, dar-lhe outra  
finalidade mais nobre: a de suprir a falência de órgãos de pessoas vivas, substituídos por partes que dele possam ser  
4 retiradas. Contra esse benefício para a humanidade, levantam-se barreiras à utilização de órgãos removidos de cadáveres,  
se não há, para isso, consentimento familiar, com a invocação de princípios que orientam a ética médica.

Benjamin Bentham estabeleceu que o direito e a moral ocupam círculos concêntricos; o raio maior seria o da moral.  
7 O direito, portanto, seria o mínimo ético. Posta a premissa, o debate da retirada de órgãos de cadáveres deve,  
necessariamente, ferir-se no campo da Ética. Contudo, grande diferença vai entre a Ética, como é considerada no âmbito  
da Filosofia, e a disciplina imposta ao exercício de profissões liberais pelos seus órgãos de classe. Na Axiologia, os valores  
10 são vistos dentro de uma escala, estabelecida segundo os costumes e a cultura dos povos.

O sentido dessa escala é o de oferecer fundamentos para dirimir o conflito que se instale entre esses valores. O  
conflito é inerente à vida de relação, tanto que, na organização do Estado, é prevista a instituição de um poder só para dirimi-  
13 lo: o Judiciário. Nenhum país, com foros de civilização, há de colocar a vida em segundo plano na escala de valores. Tudo  
o que se fizer para a salvação de uma vida é, por princípio, ético. A Ética, aplicada no uso de partes do cadáver, para  
restituir a saúde de pessoas ou salvar-lhes a vida, põe-se diante do seguinte dilema: preservar a saúde ou a vida contra a  
16 morte ou a doença, ou preservar o cadáver para satisfazer o desejo da família?

A discussão da lei da doação presumida de órgãos é, diante da Ética, absolutamente estéril. Os primeiros transplantes  
não dependeram de lei e ainda hoje, como antes, a Ética lhes dá o necessário suporte. A retirada de órgãos de cadáver, para  
19 transplante, é ética até contra a vontade, em vida, do morto. O direito, ainda dentro do mínimo ético, colocaria esse ato em  
face do estado de necessidade, que o Código Penal considera excludente de ilicitude.

O artigo 24 do Código Penal calha, no caso, como uma luva. Se a única alternativa para salvar uma vida é o  
22 transplante de órgão de cadáver, a sua retirada, para esse fim, é inteiramente abonada pelo estado de necessidade. Conduta  
em sentido inverso é relevante para a configuração de crime por omissão, se o médico podia e devia evitar a morte ou curar  
a doença. É inconcebível que todo o pensamento penal tenha sido formulado contra a Ética. Não há ética que se sustente  
25 contra a vida. Por sentimento da família, leve-se em maior conta o daquela ligada ao paciente que espera pelo órgão. Se é  
inevitável o sofrimento de uma, pela falta do órgão, ou de outra, pela sua retirada, a solução, sempre conflituosa, deve ser  
buscada na escala de valores. O cadáver servirá aos vermes ou ao paciente vivo. Este morrerá ou viverá penosamente. Vida  
28 ou saúde *versus* morte ou doença. Para que lado deveria pender a Ética?

Edelberto Luiz da Silva. *Correio Braziliense*, 11/1/98, p. 22.

**QUESTÃO 1**

Assinale a opção cuja relação **não** corresponde ao sentido da palavra, conforme está empregada no texto.

- A** A palavra “extravagantes” (R.1) está utilizada com o sentido de **excêntricos, exagerados**.
- B** O vocábulo “falência” (R.3) traz o sentido de **falta, carência**.
- C** O substantivo “invocação” (R.5) tem o significado de **chamamento, de alegação**.
- D** Na linha 6, os nomes “direito” e “moral” estão empregados como sinônimos, apesar de serem termos de amplitudes diferentes.
- E** “Axiologia” (R.9) é a teoria ou o estudo dos valores, particularmente os morais.

## QUESTÃO 2

Com referência ao vocabulário do texto, assinale a opção correta.

- A A primeira frase do texto é a tradução, do grego para o português, do título do artigo.
- B A palavra “logrou” (R.2) está empregada no sentido de **enganou-se**.
- C O termo “escala” é polissêmico, pois possui vários significados diferentes; mas, na linha 11, tem o sentido de **gradação**.
- D O emprego das letras maiúsculas em “Estado” (R.12) e “Ética” (R.14) é opcional, porque se tais palavras estivessem escritas com iniciais minúsculas o sentido delas não mudaria.
- E A substituição da palavra “abonada” (R.22) por **abandonada** não altera o sentido do texto.

## QUESTÃO 3

Cada uma das opções a seguir dispõe-se a indicar a idéia central, pela ordem, de cada um dos cinco parágrafos que compõem o texto. Assinale a opção correta.

- A O primeiro parágrafo focaliza a etimologia da palavra cadáver, desde o significado antigo até o vigente nos dias atuais.
- B O segundo parágrafo apresenta uma reflexão acerca dos conceitos de Direito e de Moral e da disciplina imposta pelas classes sociais.
- C O terceiro parágrafo descreve a situação dos transplantes de órgãos aos olhos do Poder Legislativo.
- D O quarto parágrafo discute os fundamentos da lei da doação presumida de órgãos diante da Ética e do Direito.
- E O quinto parágrafo analisa o assunto e recusa o transplante, frente ao sofrimento da família do possível doador.

## QUESTÃO 4

Assinale a opção que corresponde ao posicionamento do autor frente ao tema que põe em discussão.

- A Em relação à utilização de órgãos removidos de cadáveres, devem ser invocados princípios que orientam a ética religiosa.
- B A retirada de órgãos de cadáveres necessariamente fere princípios religiosos, éticos e morais.
- C Nenhum país civilizado há de colocar o sentimento das famílias dos mortos em segundo plano na escala de valores.
- D Tudo o que se fizer para a salvação de uma vida é, por princípio, ético; por isso, a discussão da lei da doação presumida de órgãos é, diante da Ética, absolutamente estéril.
- E Se a única alternativa para salvar uma vida é o transplante de órgão de cadáver, a sua retirada, para esse fim, é vetada pelo estado da família do doador. É preferível o cadáver servir aos vermes que ao paciente vivo.

## QUESTÃO 5

O autor defende que, em uma escala de valores, deve-se levar, principalmente, em conta

- A o sofrimento do paciente que espera pelo órgão e de sua família.
- B o sentimento de perda insubstituível da família do paciente cuja morte cerebral foi diagnosticada.
- C o Código de Ética Médica.
- D o expresse consentimento familiar para a doação dos órgãos de um de seus membros.
- E a confiabilidade do laudo médico que decretar, inquestionavelmente, a morte cerebral.

## QUESTÃO 6

Assinale a opção que apresenta, entre os argumentos levantados, aquele que vem de encontro ao ponto de vista do autor.

- A Nenhum país, com foros de civilização, há de colocar a vida em segundo plano na escala de valores.

- B** O pensamento penal considera ético o que é ditado pelo estado de necessidade.
- €** A retirada de órgãos para transplante privilegia a saúde ou a vida em oposição à morte.
- Đ** Conduta em sentido inverso ao que preserva a vida pode configurar crime por omissão.
- E** Se a única alternativa para salvar uma vida é o transplante de órgão de cadáver, o médico deve, em primeiro lugar, considerar a vontade, em vida, do morto presumível doador.

### QUESTÃO 7

Em relação aos elementos do texto, assinale a opção correta.

- A** Em “dar-lhe outra finalidade” (R.2), o pronome sublinhado refere-se a “ciência” (R.2).
- B** Em “que dele possam ser retiradas” (R.3), o elemento sublinhado refere-se ao antecedente “pessoas” (R.3).
- €** A expressão “que se instale” (R.11) pode ser substituída por **que venha a se instalar**, sem alterar o sentido do texto.
- Đ** Em “a Ética lhes dá o necessário suporte” (R.18), o pronome sublinhado refere-se a “órgãos” (R.17).
- E** Em “para esse fim” (R.22), a expressão sublinhada substitui a palavra “cadáver” (R.22).

### QUESTÃO 8

Assinale a opção em que a substituição da conjunção destacada por outra correspondente, em negrito, exige alteração da construção sintática, para manter o sentido original da mensagem.

- |                                                        |                                              |
|--------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| <b>A</b> “no entanto” (R.2) / <b> todavia</b>          | <b>Đ</b> “como” (R.8) / <b> tal qual</b>     |
| <b>B</b> “se” (R.4, segunda ocorrência) / <b> caso</b> | <b>E</b> “segundo” (R.10) / <b> conforme</b> |
| <b>€</b> “Contudo” (R.8) / <b> Entretanto</b>          |                                              |

### QUESTÃO 9

A construção sintática é um dos elementos fundamentais para a clareza de um texto. Assinale a opção que **não** apresenta a construção sintática de **período simples e oração absoluta**.

- A** Alguns gramáticos extravagantes vêm nas sílabas iniciais da expressão latina *CAro DAta VERmibus* a origem da palavra cadáver.
- B** Nenhum país, com foros de civilização, há de colocar a vida em segundo plano na escala de valores.
- €** A discussão da lei da doação presumida de órgãos é, diante da Ética, absolutamente estéril.
- Đ** A retirada de órgãos de cadáver, para transplante, é ética até contra a vontade, em vida, do morto.
- E** Não há ética que se sustente contra a vida.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 10 a 12.

#### ERRO DA LEI

- 1 É preciso enfatizar, em primeiro lugar, que a lei dos transplantes é boa em seu conjunto, mas erra gravemente ao estabelecer a doação presumida ou compulsória. Erra em relação à ética médica e erra em relação à sociedade, porque atenta contra a cultura brasileira, alicerçada na solidariedade humana.
- 4 Obrigar o médico a retirar órgãos sem consentimento da família é desumano. A medicina tem como pilar principal a forte relação médico-paciente, que se estabelece entre parceiros, não entre adversários. É incorreto e eticamente indefensável romper essa relação, usando como artifício o artigo de uma lei impositiva, seja ela qual for. Secularmente, a cultura médica impede que o médico realize qualquer procedimento sem o consentimento do próprio paciente ou de seus familiares. O Código de Ética Médica, além de garantir a relação de confiança entre médico e paciente, dá ao médico, no seu artigo 28, o direito de não executar nenhum ato que seja contrário aos ditames de sua consciência. Nenhuma lei pode subverter esse padrão ético. É bom lembrar o exemplo da França, onde existe lei semelhante à nossa, mas onde, até hoje, nenhuma equipe de transplantes retirou qualquer órgão sem a expressa aquiescência prévia do doador ou de sua família.
- 10 Não se pode falar, em defesa da lei, que há falta de órgãos para transplantes. Isso não é verdade. O que há é falta de condições de conservação, de transporte, de centrais de transplantes ágeis. Além de uma clara falta de confiança da população na política governamental de saúde: os sucessivos governos que se estabeleceram após a Constituinte de 1988

16 têm demonstrado que não se preocupam nem com os vivos, quanto mais com os mortos. A prova disso é que, ano após ano, o orçamento para a saúde diminui, apesar das disposições constitucionais em contrário. Para que o panorama se modifique e tenhamos um número maior de doadores espontâneos, é absolutamente necessário que o governo demonstre em atos que é merecedor da confiança dos cidadãos em relação às questões de saúde. Mas, se o próprio orçamento do setor 19 cai constantemente, como esperar tal demonstração?

22 É preciso analisarmos também outro aspecto da questão. A doação presumida acaba com o direito do cidadão de exercer solidariedade conscientemente. Vai de encontro ao desejo social de o cidadão afirmar espontaneamente que é doador, que é solidário. Melhor teria feito o legislador se colocasse na lei que, nas carteiras de identidade, ou de motorista, o cidadão expressasse seu desejo de ser doador, não de não o ser. Isso, sem dúvida, facilitaria o trabalho das equipes de transplantes e daria a todos o direito de exercer sua solidariedade expressamente.

Waldir Paiva Mesquita. *Correio Braziliense*, 11/1/98, p. 22.

## QUESTÃO 10

Entre os argumentos apresentados no texto, assinale a opção que se refere, principalmente, à ética médica.

- A A lei erra em relação à sociedade, porque atenta contra a cultura brasileira, alicerçada na solidariedade humana.
- B Ao médico é assegurado o direito de não executar nenhum ato que seja contrário aos ditames de sua consciência.
- C Não se pode falar que há falta de órgãos para transplantes; isso não é verdade.
- D Para que o panorama se modifique, é necessário que o governo demonstre em atos que é merecedor da confiança dos cidadãos em relação às questões de saúde.
- E A doação presumida acaba com o direito do cidadão de exercer solidariedade conscientemente; vai de encontro ao desejo social de o cidadão afirmar espontaneamente que é doador, que é solidário.

## QUESTÃO 11

Considerando também a leitura do primeiro texto, *CARO DATA VERMIBUS*, assinale a opção correta, quanto às idéias apresentadas pelos dois autores.

- A No primeiro texto, defende-se a doação presumida dos órgãos e, no segundo, condena-se tal possibilidade.
- B No segundo texto, o autor ratifica as idéias expressas no primeiro, levantando argumentos práticos em defesa de seu ponto de vista.
- C No segundo texto, verifica-se uma postura adversa à doação de órgãos, tendo em vista razões morais e religiosas.
- D Nos dois textos, o mesmo assunto é abordado; os argumentos levantados no segundo texto retificam apenas os aspectos legais destacados no primeiro texto.
- E Em ambos os textos, os autores mantêm uma postura semelhante quanto à existência de órgãos para doação, mas condenam o aspecto compulsório da lei.

## QUESTÃO 12

Em cada período retirado do texto e colocado nas opções abaixo, há palavras sublinhadas. Assinale aquela em que a indicação da classe gramatical **não** corresponde às dos termos sublinhados.

- A “É preciso ênfatisar, em primeiro lugar, que a lei dos transplantes é boa em seu conjunto, mas erra gravemente ao estabelecer a doação presumida ou compulsória.” / **verbos**
- B “Obrigam o médico a retirar órgãos, sem consentimento da família é desumano. A medicina tem como  pilar principal a forte relação médico-paciente, que se estabelece entre parceiros, não entre adversários.” / **substantivos**
- C “É incorreto e eticamente indefensável romper essa relação, usando como artifício o artigo de uma lei impositiva, seja ela qual for. Secularmente, a cultura médica impede que o médico realize qualquer procedimento sem o consentimento do próprio paciente ou de seus familiares.” / **pronomes**
- D “Não se pode falar, em defesa da lei, que há falta de órgãos para transplantes. Isso não é verdade. O que há é falta de condições de conservação, de transporte, de centrais de transplantes ágeis.” / **preposições**

- E** “os sucessivos governos que se estabeleceram após a Constituinte de 1988 têm demonstrado que não se preocupam nem com os vivos, quanto mais com os mortos. A prova disso é que, ano após ano, o orçamento para a saúde diminui, apesar das disposições constitucionais em contrário.” / **conjunções e advérbios**

### QUESTÃO 13

Com referência à acentuação, assinale a opção em que as palavras **não** são acentuadas em função da mesma regra.

- A** código – ética – médica – dúvida – cadáveres – mínimo  
**B** princípios – ética – judiciário – saúde – família – consciência  
**C** necessário – ciência – falência – benefício – compulsória – adversários  
**D** cadáver – estéril – inconcebível – inevitável – indefensável – caráter  
**E** servirá – morrerá – viverá – além – após – também

### QUESTÃO 14

Com referência à pontuação, assinale a opção correta.

- A** Obrigar o médico a retirar órgãos, sem consentimento da família, é desumano; isso porque a medicina tem como pilar principal a forte relação médico-paciente que se estabelece entre parceiros, não entre adversários. É incorreto, e eticamente indefensável, romper essa relação, usando como artifício o artigo de uma lei impositiva, seja ela qual for.
- B** O Código de Ética Médica além de garantir a relação de confiança, entre médico e paciente, dá ao médico, no seu artigo 28 o direito de não executar nenhum ato que seja contrário aos ditames de sua consciência; portanto, nenhuma lei pode subverter esse padrão ético.
- C** Não se pode falar em defesa da lei, que há falta de órgãos para transplantes; isso não é verdade: o que há é: falta de condições de conservação, de transporte, de centrais de transplantes, ágeis.
- D** Para que o panorama se modifique, e tenhamos um número maior de doadores espontâneos é, absolutamente necessário, que o governo demonstre – em atos – que é merecedor da confiança dos cidadãos, em relação às questões de saúde; mas se o próprio orçamento do setor cai, constantemente, como esperar tal demonstração?
- E** Melhor teria feito o legislador se, colocando na lei que nas carteiras de identidade ou de motorista o cidadão expressasse seu desejo de ser doador (não de não o ser), facilitaria o trabalho das equipes de transplantes, e daria a todos o direito de exercer sua solidariedade, expressamente.

### QUESTÃO 15

Com referência à concordância, assinale a opção correta.

- A** Não existe doadores ingênuos, nem há pessoas mal-intencionadas.
- B** Fígado, rins, olhos, coração são órgãos passíveis de ser retirado do corpo de uma única pessoa.
- C** A maioria dos indivíduos são solidários e gostaria de fazer a doação de seus órgãos aproveitáveis, após a morte.
- D** Um maior número de doadores voluntários são necessários para pôr em prática os objetivos do governo.
- E** Nem a família, nem a sociedade, nem o governo podem deliberar acerca do destino dos órgãos de um indivíduo: apenas ele próprio.

### QUESTÃO 16

Assinale a opção em que **não** há erro gramatical de qualquer natureza.

- A** A discussão da lei de doação vai ao encontro do direito do cidadão de ser participe do processo solidário de construção da História da Humanidade.
- B** Nem uma lei que se prese pode ignorar ao padrão moral de respeito ao código de ética médica.
- C** As vezes em que já houve transplantes, as famílias aquiesceram à doação dos órgãos transplantados.

- D** Se é inevitável o sofrimento de uma pessoa, deve-se dar prioridade aquela que está consciente de sua dor.
- E** Conhecer os debates a cerca das novas leis que regem os transplantes é imprescindível, senão se quer ficar de fora dos acontecimentos atuais.

## NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

### QUESTÃO 17

Julgue os itens que se seguem, relativos à composição do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDF).

- I - Somente juízes de direito da circunscrição especial judiciária de Brasília podem concorrer, pelo critério da antiguidade, a cargos de desembargador.
- II - Somente juízes de primeiro grau são promovidos a cargos de desembargador.
- III - Dos trinta e um desembargadores, três são escolhidos entre membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- IV - Um advogado somente poderá concorrer ao cargo de desembargador se tiver mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
- V - Os juízes militares, integrantes do Conselho Especial de Justiça, não podem concorrer a cargos de desembargador.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.                      **E** 3.                      **E** 5.
- B** 2.                      **D** 4.

### QUESTÃO 18

Os órgãos judiciais que exercem jurisdição militar no Distrito Federal incluem o

- I - TJDF.
- II - Tribunal de Alçada Militar do Distrito Federal.
- III - juiz auditor.
- IV - Conselho Permanente de Justiça.

V - Conselho de Magistratura.

A quantidade de itens certos é igual a

☐ A 1. ☐ C 3. ☐ E 5

☐ B 2. ☐ D 4.

contudo, chegar a um acordo acerca das cláusulas da separação. O pai resolveu, então, ingressar em juízo para discutir, preventivamente, a guarda dos filhos. Sabendo-se que os pais e os filhos são domiciliados no Guará, cidade-satélite de Brasília, terá competência para processar e julgar a referida ação

☐ A uma das varas de família da circunscrição especial

### QUESTÃO 19

Assinale a opção correta acerca da organização judiciária do Distrito Federal (DF).

- ☐ A Todas as ações propostas junto à primeira instância da justiça do DF dão entrada no cartório de distribuição da circunscrição especial judiciária de Brasília.
- ☐ B Todas as discussões judiciais relativas a registros públicos, havidas em qualquer das cidades-satélites do DF, são dirimidas em uma única vara da justiça do DF.
- ☐ C A justiça do DF dispõe de um único tribunal do júri instalado e em funcionamento.
- ☐ D As ações de alimentos são processadas e julgadas nas varas cíveis das respectivas circunscrições judiciárias.
- ☐ E As ações penais por crimes falimentares são processadas e julgadas nas varas criminais das respectivas circunscrições judiciárias.

judiciária de Brasília.

☐ B uma das varas de família da circunscrição judiciária do Guará.

☐ C uma das varas cíveis da circunscrição especial judiciária de Brasília.

☐ D a vara de órfãos e sucessões.

☐ E a vara da infância e da juventude.

### NOÇÕES DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Para responder às questões de 22 a 26, considere **exclusivamente** o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, pondo de parte eventuais incompatibilidades dele com outras normas, qualquer que seja a hierarquia delas.

### QUESTÃO 20

Não tem competência para processar e julgar qualquer ação criminal um

- ☐ A juiz de direito de uma das varas de delitos de trânsito da circunscrição especial judiciária de Brasília.
- ☐ B juiz de direito de uma das varas de entorpecentes e contravenções penais.
- ☐ C juiz auditor.
- ☐ D juiz de direito da vara de execuções criminais.
- ☐ E juiz de direito da vara de falências e concordatas.

### QUESTÃO 22

Acerca da estrutura do TJDF, assinale a opção correta.

☐ A Os deputados distritais e os deputados estaduais dos estados-membros serão, nos crimes comuns, julgados pelo Conselho Especial.

☐ B Mandados de segurança contra ato do Tribunal serão

### QUESTÃO 21

A união civil de um determinado casal foi celebrada em janeiro de 1985. Dessa união nasceram três filhos. Em fevereiro de 1988, o casal decidiu separar-se, sem,

julgados pelo Conselho da Magistratura.

☐ C Durante os períodos de paralisação dos trabalhos do Tribunal, certas ações de sua competência originária, como

*habeas corpus* e reclamações, devem ser julgadas pelo Conselho da Magistratura.

- Ⓓ O Tribunal possui três grupos de Câmaras Especializadas, em função da matéria: Câmaras Cíveis, Criminal e Administrativa.
- Ⓔ As Turmas do Tribunal compõem-se de quatro desembargadores, sendo sempre presididas pelo mais antigo.

### QUESTÃO 23

Com relação aos desembargadores e ao processo no TJDF, julgue os itens seguintes.

- I - Há atribuições do presidente do TJDF que são delegáveis.
- II - Os desembargadores conservam, mesmo aposentados, o título e as honras do cargo.
- III - O desembargador, após lotado em determinada Turma, poderá requerer transferência para outra, desde que haja vaga ou em caso de permuta.
- IV - Os processos, petições e demais expedientes deverão ser registrados na seção própria do Tribunal no mesmo dia do recebimento.
- V - Certos recursos e incidentes, como agravos regimentais, embargos de declaração e medidas cautelares, não acarretam distribuição.

A quantidade de itens certos é igual a

- |      |      |
|------|------|
| Ⓐ 1. | Ⓓ 4. |
| Ⓑ 2. | Ⓔ 5. |
| Ⓒ 3. |      |

- Ⓑ Não poderá haver sessões matutinas.
- Ⓒ O Regimento Interno admite sustentação oral em qualquer espécie de feito.
- Ⓓ Havendo pedido do advogado para sustentação oral, o processo a que corresponda será sempre o primeiro a ser julgado.
- Ⓔ Na sustentação oral, o advogado poderá usar a palavra por todo o tempo que repute necessário à produção da defesa.

### QUESTÃO 25

Relativamente ao *habeas corpus* e ao mandado de segurança no TJDF, julgue os itens que se seguem.

- I - O processo de *habeas corpus* não comporta concessão de medida liminar.
- II - Denomina-se salvo-conduto o documento expedido por decisão judicial, no caso de *habeas corpus* preventivo, destinado a evitar a consumação de ilegalidade contra o paciente.
- III - Caso seja concedida a ordem de *habeas corpus*, a autoridade apontada como coatora, assim que formalmente cientificada da decisão, deverá dar-lhe cumprimento, independentemente da publicação do acórdão.
- IV - Se um cidadão, por meio de seu advogado, impetra ação

### QUESTÃO 24

Em relação às sessões, assinale a opção correta.

- Ⓐ Mesmo nas sessões regimentalmente consideradas secretas, a proclamação do resultado do julgamento será pública.

que denomina de mandado de segurança, mas que contém, na verdade, pedido manifestamente incompatível com essa espécie de processo, então poderá o relator, a quem for distribuída a ação, indeferir a petição inicial.

- V - Caso seja deferido o mandado de segurança, a autoridade



apontada como coatora, assim que formalmente cientificada da decisão, deverá dar-lhe cumprimento, independentemente da publicação do acórdão.

A quantidade de itens certos é igual a

- ☐ A 1.                      ☐ C 3.                      ☐ E 5
- ☐ B 2.                      ☐ D 4.                      ☐ .

## QUESTÃO 26

Ainda acerca dos processos de competência originária e dos recursos contra decisões do TJDF, assinale a opção **incorreta**.

- ☐ A Cabe reclamação se o ato judicial impugnado não for passível de recurso previsto nas leis processuais ou se, sendo cabível o recurso, este não possuir efeito suspensivo e houver a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação.
- ☐ B Cabe revisão criminal contra qualquer decisão proferida em ação penal que haja ou não passado em julgado.
- ☐ C Compete ao presidente do Tribunal decidir os pedidos de suspensão de segurança.
- ☐ D Nem todas as apelações cíveis carecem de intervenção do Ministério Público.
- ☐ E Os embargos de declaração não suspendem, mas interrompem, o prazo para a interposição de quaisquer outros recursos.

## NOÇÕES DE PROVIMENTO GERAL DA CORREGEDORIA

## QUESTÃO 27

Para responder às questões de 27 a 33, considere **exclusivamente** o Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, pondo de parte eventuais incompatibilidades dele com outras normas, qualquer que seja a hierarquia delas.

Acerca das atribuições dos juízes cíveis e criminais, assinale a opção correta.

- A** Considere a seguinte situação: João, Marcos e Ana ajuízam ação de cobrança contra Rita, sendo o feito regularmente distribuído. No mesmo dia do ajuizamento, Marcos, por seu advogado, desistiu da ação. Nessa situação, segundo o Provimento Geral, caberá ao juiz de direito apenas homologar a desistência da ação e mandar publicar a respectiva sentença.
- B** Considere a seguinte situação: Carla e Suzana respondem a ações penais. Na de Carla, o Ministério Público requereu a decretação de sua prisão preventiva, o que foi deferido, tendo-se cumprido o mandado de prisão. No caso de Suzana, foi-lhe concedida liberdade provisória. Nessa situação, a movimentação do processo concernente a Carla deverá ter preferência sobre a do processo relativo a Suzana.
- C** Considere a seguinte situação: Marta tomou posse no cargo de delegada de polícia do DF e, por atravessar dificuldades econômicas, não pôde ainda adquirir, para si, arma para defesa pessoal, como pretendia. Tendo conhecimento de que em uma vara criminal do DF haveria diversas armas apreendidas por decisão judicial, oficiou ao respectivo juiz, expondo seus motivos e solicitando-lhe, por empréstimo, uma dessas armas, provisoriamente. Nessa situação, por haver razões que fundamentam a solicitação e por se tratar de autoridade, o Provimento Geral autorizará o empréstimo da arma.
- D** Quaisquer cartas precatórias só serão cumpridas após o pagamento das respectivas custas.
- E** Todos os bens recolhidos ao depósito público deverão sempre nele permanecer, até o trânsito em julgado da sentença proferida no processo correspondente.

nubentes, é dispensável a intervenção do Ministério Público no processo de habilitação para o casamento.

- III - A função primordial do juiz de paz é atuar na celebração do matrimônio.
- IV - Compete exclusivamente ao juiz de paz designar a data para a prática do ato jurídico solene do casamento.
- V - Havendo concordância entre os nubentes, poderão ser realizadas solenidades coletivas de casamento, inclusive a portas fechadas.

A quantidade de itens certos é igual a

- |          |    |          |    |
|----------|----|----------|----|
| <b>A</b> | 1. | <b>D</b> | 4. |
| <b>B</b> | 2. | <b>E</b> | 5. |
| <b>C</b> | 3. |          |    |

### QUESTÃO 29

Relativamente aos juizados especiais cíveis e criminais, assinale a opção correta.

- A** Os juizados especiais devem funcionar ininterruptamente, todos os dias da semana, exceto nas férias forenses.
- B** Os conciliadores devem submeter-se a concurso público para exercerem a função.
- C** Nos juizados especiais cíveis, o processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, que deverá ser sempre formulado por escrito pelo interessado.
- D** A turma recursal dos juizados especiais será composta por juízes de direito e conciliadores, estes escolhidos entre os vinte por cento mais antigos.
- E** Nos juizados especiais criminais, a secretaria deverá juntar aos autos a folha de antecedentes do indivíduo processado junto ao Instituto Nacional

### QUESTÃO 28

Com relação à atuação dos juízes de paz, julgue os itens seguintes.

- I - Compete ao Corregedor da Justiça nomear o indivíduo que satisfaça aos requisitos para exercer a função de juiz de paz.
- II - Uma vez que o juiz de paz verifique estarem habilitados os

de Identificação (INI) ou emitir certidão quanto aos antecedentes dele.

### QUESTÃO 30

Acerca dos servidores dos órgãos judiciais, julgue os seguintes itens.

- I - Considere a seguinte situação: Maurício é servidor recém-empregado, lotado em órgão judicial. Dado o pouco tempo do início de seu exercício, não recebeu ainda o carimbo identificador de sua assinatura. No primeiro dia de trabalho, Maurício recebeu ofício de outro órgão público e necessitou fornecer-lhe o correspondente recibo. Na situação apresentada, Maurício deveria reproduzir seu nome, junto à assinatura, à máquina ou em letra de forma.
- II - Considere a seguinte situação: Fernando é servidor lotado em uma vara de família como escrevente nas audiências dela. Em determinado dia, atuou durante audiência de que participou conhecido político brasileiro, que estava separando-se de sua esposa, em processo sob sigilo de justiça. No curso do ato judicial, foram relatados fatos íntimos do casal e de seus filhos. Na situação apresentada, por se tratar de pessoa pública, não haveria mal se Fernando comentasse com sua esposa os relatos que presenciou durante a audiência, desde que ela lhe promettesse guardar o mais rigoroso sigilo.
- III - Considere a seguinte situação: Luciana é servidora lotada em vara cível, atuando no atendimento de balcão às partes e aos seus advogados. Certo dia, enquanto Luciana concluía o atendimento a um cidadão, outros dois, advogados, esperavam-na, um para solicitar informações acerca de uma ação de cobrança e outro para protocolizar petição. Nesse momento, chegou André, grande amigo de Luciana, também advogado, o qual pretendia dar entrada a uma petição com documentos. Luciana, vendo o amigo e sabendo que ele desejava apenas entregar a petição, recebeu-a logo e devolveu-lhe a cópia carimbada, em um instante, sem causar atraso sensível aos demais. Na situação apresentada, Luciana, por não provocar grande demora no atendimento aos dois advogados, não chegou a praticar ato irregular.
- IV - Os diretores de secretaria deverão, como regra geral, providenciar a comunicação dos atos processuais por via postal, utilizando-se dos oficiais de justiça-avaliadores estritamente nas hipóteses legais.
- V - Considere a seguinte situação: Márcia é diretora de secretaria de uma vara cível e recebeu petição despachada pelo juiz de direito competente, determinando a expedição de alvará de levantamento de um automóvel custodiado no depósito público. Apesar de ser excelente profissional, Márcia esqueceu-se de condicionar a entrega do alvará ao pagamento, pela parte, das custas devidas pelo depósito. A parte recebeu o alvará e levantou o bem, que vendeu para pagar outras dívidas que possuía, voltando ao estado de insolvência em que se encontrava. Na situação apresentada, Márcia será obrigada a arcar com o pagamento das custas.

A quantidade de itens certos é igual a

- |          |    |          |    |          |    |
|----------|----|----------|----|----------|----|
| <b>A</b> | 1. | <b>C</b> | 3. | <b>E</b> | 5. |
| <b>B</b> | 2. | <b>D</b> | 4. |          |    |

## QUESTÃO 31

No que concerne aos órgãos judiciais, assinale a opção correta.

- A** O expediente forense vai das doze às dezoito horas, interrompendo-se nos dias de comemoração do aniversário das cidades-satélites, nas respectivas circunscrições judiciárias.
- B** As petições entregues nas varas deverão ser protocolizadas com relógio-datador, o qual, se inoperante por qualquer motivo, acarretará a suspensão do recebimento de petições e documentos até que seja substituído.
- C** Apenas advogados podem examinar os autos de processos judiciais.
- D** É proibido aos servidores dos órgãos judiciais reter documento de identidade de advogados e partes.
- E** Sempre que peças forem desentranhadas dos autos, estes deverão ser renumerados.

## QUESTÃO 32

Novamente com relação aos órgãos judiciais, julgue os itens abaixo.

- I - Sempre que o Ministério Público ou a Defensoria Pública atuar em processo, deverá proceder-se à anotação do fato, de forma bem visível ou mediante carimbo, na capa dos autos.
- II - A capa dos autos, toda a correspondência e os respectivos envelopes relativos a processos com réu preso deverão ser carimbados com os dizeres RÉU PRESO.
- III - No caso de processos em sigilo de justiça, apenas a citação editalícia poderá realizar-se por meio da imprensa.
- IV - Antes da baixa de autos ao arquivo, deverão ser quitadas as custas finais, sob pena de remessa dos valores para cobrança por parte da Procuradoria da Fazenda Nacional.
- V - Todos os despachos, decisões e sentenças deverão ser publicados na íntegra.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **€** 3. **E** 5.  
**B** 2. **D** 4.

- A** interromper a prescrição.  
**B** tornar o juízo preventivo.

### QUESTÃO 33

Ainda com respeito aos serviços judiciais, assinale a opção correta.

- A** A petição inicial que for entregue em uma vara em vez de ao serviço de distribuição deverá ser liminarmente indeferida e arquivada.  
**B** Se ocorrer falha no serviço informatizado de distribuição, todas as petições iniciais deverão aguardar o horário para a distribuição por sorteio manual.  
**€** Quaisquer certidões expedidas pelas secretarias das varas só serão entregues ao interessado após o pagamento das respectivas custas.  
**D** Todos os feitos sujeitos à distribuição dependem de preparo.  
**E** Aos oficiais de justiça-avaliadores em plantão, somente serão distribuídos mandados relativos a medidas liminares ou urgentes.

- €** induzir a litispendência.  
**D** tornar a coisa litigiosa.  
**E** impossibilitar que o autor desista da ação.

### QUESTÃO 36

A intimação é “o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa” (art. 234 do CPC). A respeito das intimações, assinale a opção correta.

- A** Em todas as ações em curso no DF, a intimação da testemunha para comparecer em juízo deve ser feita pela publicação do ato no órgão de imprensa oficial.  
**B** Em caso algum, o advogado que se encontre no cartório pode receber, ali, intimação diretamente pelo escrivão.  
**€** É válida a intimação em que se publica o nome completo da parte, ainda que não conste do ato o

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### QUESTÃO 34

A citação constitui ato essencial no processo; por ela, chama-se o réu ou o interessado para se defender em juízo – art. 213 do Código de Processo Civil (CPC). O correio vem sendo usado para realizar a citação, mas há casos em que o CPC afasta o cabimento desse tipo de citação. **Não** se admite a citação, pelo correio,

- A** de empresa de construção, visando à anulação de contrato.  
**B** de autarquia, em qualquer ação movida por seus funcionários postulando vantagem funcional.  
**€** de indivíduo residente em outra comarca.  
**D** em toda ação em que um indivíduo reivindica a propriedade de bem móvel possuído por outro indivíduo.  
**E** em todas as ações envolvendo relações de vizinhança.

- nome do seu advogado.  
**D** O prazo para recurso de sentença cuja intimação foi realizada pessoalmente tem por termo inicial a data do cumprimento do mandato pelo oficial de justiça.  
**E** A intimação do Ministério Público deve ser sempre feita pessoalmente.

### QUESTÃO 37

A respeito dos atos do escrivão ou do chefe de secretaria, assinale a opção correta.

- A** Os espaços deixados em branco nos atos e termos do processo não devem ser inutilizados pelo escrivão.  
**B** O Ministério Público deve rubricar todas as folhas do processo em que intervier.

### QUESTÃO 35

A citação, mesmo inválida, pode produzir efeito. A citação ordenada por juiz incompetente produz o efeito de

- €** Havendo recusa da testemunha em assinar o ato que reduziu a termo o seu depoimento, não resta ao escrivão outra providência senão anulá-lo.



suspende-se o curso do prazo prescricional até o seu cumprimento.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.                      **€** 3.                      **£** 5.  
**B** 2.                      **Đ** 4.

às partes e testemunhas presentes, dando-lhes ciência, no ato, da designação da data e da hora marcadas para prosseguimento, devendo lavrar-se termo nos autos.

### QUESTÃO 42

Julgue os itens seguintes.

- I - O processo tem curso à revelia do acusado que, citado por mandado, deixa injustificadamente de comparecer em juízo.
- II - Suspende-se o processo, relativo a crime ocorrido em novembro de 1997, e o curso do prazo prescricional, se o réu, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado.
- III - Prova-se a publicação do edital de citação inclusive por meio de certidão do escrivão, da qual conste a página do jornal com a data da publicação.
- IV - Efetua-se por precatória a citação que tiver de ser feita em legação estrangeira.
- V - A ignorância do nome do réu inviabiliza a citação por mandado, ainda quando possível a sua identificação por sinais característicos ou apelido.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.                      **€** 3.                      **£** 5.  
**B** 2.                      **Đ** 4.

### QUESTÃO 44

O funcionário da Justiça dar-se-á por suspeito no processo em que

- A** o réu for seu inimigo capital.  
**B** o réu for seu cônjuge.  
**€** seu irmão for o advogado do acusado.  
**Đ** seu avô for o querelante.  
**£** ele próprio tenha atuado como advogado do réu.

### QUESTÃO 45

Assinale a opção correta.

- A** É dispensável a afixação do edital de citação à porta do edifício onde funciona o juízo.
- B** A citação será feita por edital, com prazo entre trinta e sessenta dias, quando for inacessível, em virtude de guerra, o lugar em que estiver o réu.

### QUESTÃO 43

A respeito da intimação, assinale a opção correta.

- A** As intimações do Ministério Público e do assistente de acusação devem ser pessoais.
- B** É inadmissível por despacho na petição em que for requerida.
- €** A intimação do defensor, constituído ou nomeado, faz-se por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado.
- Đ** A intimação do advogado do querelante deve ser pessoal.
- £** Adiada a instrução criminal, a intimação será feita pelo juiz

- €** A intimação pessoal do advogado do querelante, feita pelo escrivão, só se aperfeiçoa com a publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais.
- Đ** As testemunhas são intimadas por meio de publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais.
- £** O dia designado para funcionário público comparecer em juízo, como acusado, será notificado a ele e ao chefe da sua repartição.

**QUESTÃO 46**

Acerca da função jurisdicional e do Poder Judiciário na Constituição de 1988, assinale a opção **incorreta**.

- A** A função jurisdicional em muito se assemelha à atividade administrativa do Estado, na medida em que ambas se destinam à aplicação das leis.
- B** No Brasil, o sistema de controle de constitucionalidade dá ao Supremo Tribunal Federal (STF) a exclusividade na defesa da Constituição.
- C** Os chamados Tribunais Superiores têm sede na capital federal e jurisdição em todo o território brasileiro.
- D** Em relação ao controle de constitucionalidade, adotam-se no Brasil, simultaneamente, os chamados sistemas difuso e concentrado, com características próprias do ordenamento jurídico brasileiro.
- E** O Estatuto da Magistratura deve ser veiculado por meio de lei complementar.

Com relação às normas constitucionais pertinentes à magistratura, assinale a opção correta.

- A** A Constituição prevê a possibilidade de que certos julgamentos, em razão do interesse público, sejam realizados a portas fechadas, caso em que apenas os juízes que dele participarem poderão estar presentes ao ato.
- B** Todas as decisões administrativas dos tribunais deverão ser motivadas, exceto aquelas que a Constituição autoriza serem tomadas sigilosamente.
- C** Considere a seguinte situação: João é juiz de direito e recebe, nos autos de processo de sua competência, petição em que a parte requer a concessão de medida liminar, expondo os motivos que acredita ter para obtê-la. João profere decisão

**QUESTÃO 47**

Acerca do Estatuto da Magistratura e de seu regime constitucional, julgue os itens seguintes.

- I** - O ingresso na carreira da magistratura dar-se-á no cargo inicial de juiz substituto.
- II** - O concurso para ingresso na magistratura é de provas e títulos e a Ordem dos Advogados do Brasil deve participar dele em todas as fases.
- III** - As promoções dos juízes de primeiro grau aos tribunais deve dar-se pelos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.
- IV** - Mesmo no caso de promoção por antiguidade, o tribunal pode recusar o nome do juiz mais antigo.
- V** - A Constituição prevê a realização de cursos oficiais de preparação e de aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para o ingresso e para a promoção na carreira.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.                      **C** 3.                      **E** 5.
- B** 2.                      **D** 4.

nos seguintes termos: “Recebi hoje. Indefiro. Publique-se.” Na situação apresentada, a decisão é juridicamente nula.

- D** Em razão da garantia constitucional da inamovibilidade, os juízes não podem ser compulsoriamente removidos, em hipótese alguma.
- E** Os juízes, ainda que em disponibilidade, não podem exercer nenhuma outra função nem ocupar nenhum outro cargo.

**QUESTÃO 49**

Acerca das garantias da magistratura e das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- A** A garantia da vitaliciedade significa que o magistrado só poderá perder o cargo após procedimento administrativo ou processo judicial com sentença passada em julgado desde que, em ambos os casos, se lhe tenha assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- B** Em virtude da garantia da irredutibilidade de

vencimentos, os magistrados não estão sujeitos ao pagamento de tributos sobre sua remuneração.

€ Uma vez que a participação no processo político decorre dos direitos inerentes à cidadania, não há vedação a que os magistrados dediquem-se à atividade político-partidária, sendo-lhes proibido, no entanto, exercer mandato eletivo.

Đ O advogado é considerado função essencial à justiça e goza de inviolabilidade, a qual, no entanto, não é absoluta.

£ As garantias e vedações aplicáveis aos membros do Ministério Público são exatamente as mesmas concernentes à magistratura.

### QUESTÃO 50

A respeito da organização do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

A O STF é o órgão de cúpula do Poder Judiciário nacional e dá a última palavra no controle de constitucionalidade, embora não lhe caiba julgar apenas questões constitucionais.

B Os membros do Ministério Público são sempre julgados pelos juízes singulares.

€ Todos os tribunais têm competência para remeter projetos de lei ao Poder Legislativo, em matérias que lhes sejam afetas.

Đ A União e os estados-membros deverão criar juizados especiais para os julgamentos de causas de menor complexidade, exceto em matéria penal.

£ Os membros do Superior Tribunal de Justiça são oriundos exclusivamente da magistratura federal.